



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2022

Processo Licitatório nº: 498/2022

Processo de Recurso nº: 19.950/2022

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2022**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTE SE ACOMPANHANTES), para atender as necessidades de pacientes do Município de Nova Friburgo com necessidades especiais (PPDs) pelo prazo de 12 (doze) meses.**

**RECORRENTE: SANELAGOS LTDA**

**RECORRIDO: PREGOEIRA**

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **SANELAGOS LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 110/2022.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova



Comissão de Pregão III

Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 110/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 20 de julho de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 350 de 22/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 498/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 110/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTE SE ACOMPANHANTES), para atender as necessidades de pacientes do Município de Nova Friburgo com necessidades especiais (PPDs) pelo prazo de 12 (doze) meses. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 10:37:33 do dia 22/07/2022 foi reaberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 20.1 do Edital nº 110/2022;



Comissão de Pregão III

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa **SANELAGOS LTDA**, apresentou o recurso para o item 01 em 27/07/2022.

A empresa **TRANSLOCAVE LTDA** apresentou Contrarrazões para o item 01.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

***“...a empresa TRANSLOCAVE havia apresentado na sua documentação de habilitação jurídica o Contrato Social apenas de Transformação da Sociedade, DATADA DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.”***

***“Ainda apresenta Capital Social de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) em desconformidade com os demais documentos apresentados e o Balanço Patrimonial, cujo valor apresentado é de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), estando em desacordo com o pedido no instrumento convocatório em seu Item 18.2, tornando assim inválido tal documento.”***

IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Alega a RECORRIDA, em síntese, que:

***“Com relação a divergência relacionado ao contrato social da empresa TRANSLOCAVE LTDA, o memos não prevalece, isso porque, o próprio edital deste pregão é claro no sentido de que as poderão deixar de apresentar documentos de habilitação que constem no SICAF, nos termos do subitem 9.5. do edital:***



Comissão de Pregão III

***As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.”***

***“Agora passamos ao 2º questionamento da empresa SANELAGOS LTDA, isto é, relacionado ao capital social da empresa TRANSLOCAGE LTDA, vejamos:***

***Aqui, sem maiores delongas, pois, a questão ora discutida é objetiva, então, ao analisar o balanço patrimonial da empresa TRANSLOCAGE LTDA verifica-se que atende plenamente à exigência do subitem 18.2 do edital, razão pela qual não merece guarida os argumentos da recorrente, devendo, portanto, ser mantida a r. decisão da Pregoeira e sua Equipe de Apoio.”***

V. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade*



Comissão de Pregão III

*administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”*

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **SANELAGOS LTDA**

Inicialmente cumpre destacar que esta pregoeira diligenciou a Subsecretaria de Registros Contábeis e a Procuradoria Geral do Município, tendo em vista tratar-se de questões técnicas e jurídicas, na forma que dispõe o item 27.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da recorrente, a Subsecretaria de Registros Contábeis resumidamente opinou:

***“...este setor entende que não existe motivos para desabilitar a TRANSLOCAVE, uma vez que possui qualificação econômico-financeira o que viabiliza sua participação.”***

Quanto a alegação de que a empresa TRANSLOCAVE LTDA não apresentou o Contrato Social em vigor, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, de acordo com os subitens 9.5 e 27.5 do Instrumento Editalício, senão vejamos:

9.5 - As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



Comissão de Pregão III

27.5 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

Esta Pregoeira informa que através de consulta realizada ao SICAF, foi possível localizar o Contrato Social da empresa, estando este último, devidamente atualizado (conforme cópia em anexo).

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada por parecer técnico exarado pelo Sr. Leonardo Fernandes Pereira, na pessoa de Subsecretário de Registros Contábeis (documento em anexo), sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **SANELAGOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 110/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do julgamento anteriormente proferido, **MANTENDO** habilitada a empresa **TRANSLOCAGE LTDA** no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 110/2022.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 19.950/2022

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

Comissão de Pregão III

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em  
<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em  
<http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 15 de agosto de 2022.

ELIZA SOUZA MACHADO  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matricula: 106.380